



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A  
CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ADVOGADO – EDITAL Nº 002/2013  
PROVA OBJETIVA: 12 de maio de 2013

## CARGO: ADVOGADO NIVEL 01

Nome do Candidato: _____
Nº de Inscrição: _____
_____
Assinatura

### INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
2. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 (cinquenta) questões de Conhecimentos Gerais, envolvendo questões objetivas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Material e Processual do Trabalho, Direito Comercial, Direito Tributário e Direito do Consumidor. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8h e término às 12h (horário local).
3. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 50.
4. É proibido o uso de textos legais ou quaisquer anotações durante a realização da Prova de Conhecimentos Gerais
5. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
6. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois marcação a lápis não será considerada. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.
7. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
8. A saída do candidato da sala somente será permitida depois de transcorrido o tempo de 1 (uma) hora do início da prova, mediante a entrega obrigatória do seu CARTÃO RESPOSTA e do BOLETIM DE QUESTÕES ao fiscal de sala.
9. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
10. O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES e o CARTÃO RESPOSTA, recebidos.
11. Será automaticamente eliminado do concurso público do Banco do Estado do Pará, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 002/2013.

Boa Prova!



**BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA ADVOGADO NÍVEL 1 - 2013**

**01. Marque a alternativa correta:**

- (A) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exceto para as empresas públicas e sociedades de economia mista que seguem regras de contratação próprias, as quais podem estar expressas em seu estatuto próprio, bem como as regras de direito civil, ou seja, não aplicam o procedimento licitatório sob nenhuma hipótese, uma vez que estão sujeitas às regras de mercado, ainda que mitigadas.
- (B) Compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (C) São bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro, exceto os que dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias e ilhas fluviais.
- (D) Compete à União organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal, exceto os Territórios.

**02. Marque a alternativa correta, sobre a intervenção federal, de acordo com a atual Constituição Federal:**

- (A) A União não intervirá nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, exceto para: manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; por termo a grave comprometimento da ordem pública; garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, dentre outros motivos expressos na Constituição Federal.
- (B) A União não intervirá nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, exceto para reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior, dentre outros motivos expressos na Constituição Federal.
- (C) A União não intervirá nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, exceto para assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: forma republicana, sistema representativo e regime democrático; direitos da pessoa humana e autonomia municipal.
- (D) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: forma republicana, sistema representativo e regime democrático; direitos da pessoa humana; autonomia municipal, prestação de contas da administração pública direta e indireta, aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

**03. Marque a alternativa correta segundo a atual Constituição Federal:**

- (A) O processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
- (B) O processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções e portarias normativas.
- (C) O processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções, portarias normativas e instruções normativas.
- (D) O processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos legislativos, ordens de serviço, instruções normativas e resoluções.

**04. Marque a alternativa correta, sobre o Sistema Financeiro Nacional:**

- (A) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, inclusive sociedades de economia mista e empresas públicas, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade e economicidade, aplicação das subvenções, vedada, em qualquer hipótese, renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional.
- (B) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (C) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (D) Pelo sistema constitucional vigente qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para ingressar com ação popular, mas ilegítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, uma vez que tal proceder é restrito ao Ministério Público e servidores da Administração Pública.

RASCUNHO

**05. Sobre as leis orçamentárias, é correto afirmar:**

- (A) Não é matéria reservada à Lei Complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual; e, estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos, uma vez que tais matérias podem ser reguladas pela União mediante a edição de normas gerais, via lei ordinária nacional.
- (B) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Congresso Nacional em sessão unicameral, na forma do regimento comum.
- (C) É assegurado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual desde que a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, seja deferida mediante despacho motivado, na forma do Art. 93, X da Constituição Federal.
- (D) É de iniciativa do Poder Executivo a lei orçamentária anual que compreenderá, dentre outros orçamentos, o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

**06. Sobre a ação popular, nos termos do sistema jurídico pátrio, marque a alternativa correta:**

- (A) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais, mas não do ônus da sucumbência porque é sempre assegurado o recebimento pelo advogado dos honorários advocatícios.
- (B) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade da Administração Direta de que o Estado participe, à moralidade administrativa e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor sempre isento dos ônus da sucumbência.
- (C) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor obrigado ao pagamento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, se improcedente a ação.

RASCUNHO

**07. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro “sendo o Direito Administrativo de elaboração pretoriana e não codificado, os princípios representam papel relevante nesse ramo do direito, permitindo à Administração e ao Judiciário estabelecer o necessário equilíbrio entre os direitos dos administrados e as prerrogativas da Administração”. Nesse trecho a jurista destaca a importância dos princípios no âmbito do Direito Administrativo. Sobre os princípios que norteiam esse ramo do direito é correto afirmar:**

I – Os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o particular são dois dos princípios fundamentais do Direito Administrativo. Tais princípios não são específicos do Direito Administrativo porquanto informam também os demais ramos do direito público, mas decorrem da bipolaridade inerente ao Direito Administrativo: liberdade do indivíduo e autoridade da Administração.

II – O princípio da legalidade impõe os limites de atuação administrativa, gerando para o agente público o dever de fazer exclusivamente o que a lei permite, tal qual o princípio da autonomia da vontade, aplicável no âmbito das relações entre os particulares.

III – A Constituição Federal, ao consagrar o princípio da moralidade administrativa como vetor da atuação da Administração Pública, igualmente consagrou a necessidade de proteção à moralidade e responsabilização do administrador público imoral.

IV – O princípio da impessoalidade destina-se a proteger simultaneamente o interesse público e os interesses privados, na medida em que traz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou nocivas, coibindo a interferência de simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas na atuação administrativa.

(A) Estão corretas as assertivas I, III e IV.

(B) Estão corretas as assertivas I e IV.

(C) Estão corretas as afirmativas II, III e IV.

(D) Todas as afirmativas estão corretas.

**08. Com vistas a propiciar a realização de suas atividades e, conseqüentemente, a satisfação do bem comum e a concretização do interesse público, o ordenamento jurídico confere à Administração um elenco de poderes, denominados por muitos juristas como “deveres-poderes” (Celso Antonio Bandeira e Mello, v.g.). Sobre os poderes da administração é incorreto afirmar:**

(A) O poder regulamentar se configura na prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação. O exercício regular desse poder regulamentar, todavia, está condicionado à observância do princípio da legalidade.

(B) A teoria do desvio de poder é uma das construções teóricas do direito administrativo, edificada sobre o fundamento do controle do exercício dos poderes administrativos dentro da finalidade pública para a qual foram instituídos e conferidos aos agentes públicos.

(C) O poder disciplinar, exercido pela Administração Pública exclusivamente sobre os servidores públicos, consiste na possibilidade de apurar infrações e aplicar sanções nas hipóteses nas quais o agente público age em desconformidade com os princípios e regras legais do ordenamento jurídico.

(D) Sendo certo que a base de toda a formação teórica do direito administrativo é a prossecução do interesse público, pode-se dizer que esse constitui também a razão de ser dos poderes administrativos.

**09. O inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal consagra a regra da obrigatoriedade da licitação, estabelecendo que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Das alternativas abaixo apenas uma contempla afirmativa incorreta acerca da licitação:**

- (A) Todos os princípios da licitação, corporificados atualmente na Lei 8.666/93, emanam, de uma forma ou de outra, dos princípios constitucionais da Administração Pública, aos quais o agente público deve estrita obediência e fiel observância.
- (B) São princípios da licitação, segundo o artigo 3º da Lei 8.666/93: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, proibidade administrativa, vinculação ao edital, julgamento objetivo, motivação, razoabilidade e boa-fé.
- (C) A Emenda Constitucional nº 19/98 ampliou o rol das entidades que se sujeitam aos princípios da licitação, incluindo entre elas as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (D) Cumpre ao edital definir o objeto da disputa com precisão e clareza e sem especificações excessivas ou desnecessárias, além de regular os atos, os prazos e os termos do procedimento licitatório e fornecer outras informações a seu respeito, estando o agente público adstrito aos termos e condições do edital.

#### **10. Sobre o processo administrativo e seus princípios:**

I – Os princípios da ampla defesa, do contraditório, da obediência à forma e aos procedimentos estabelecidos são comuns aos processos administrativo e judicial, mas no primeiro incidem outros princípios próprios do direito administrativo, como o da oficialidade, o da gratuidade, o da publicidade e o da atipicidade.

II – O princípio da oficialidade, que advém do princípio da eficiência (CF, art. 37), estabelece o dever do impulso da Administração Pública, que deverá movimentar e concluir o processo administrativo em tempo útil à finalidade que serve. A mobilização do procedimento Administrativo, uma vez desencadeado pela Administração ou por instigação da parte, é encargo da própria Administração.

III – Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.784 de 1999, no âmbito do processo administrativo federal, a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

IV – Nos termos da Lei nº 9.784 de 1999, as garantias de divulgação oficial dos atos administrativos, de ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, de obter cópias de documentos neles contidos e de conhecer as decisões proferidas, são expressões do princípio da publicidade.

- (A) Estão corretas as afirmativas II, III e IV.
- (B) Estão corretas as afirmativas I, II e IV.
- (C) Estão corretas as afirmativas II e III.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

**11. Na execução de suas atribuições e funções, a Administração Pública deve exercer o controle de seus próprios atos, além de se sujeitar ao controle por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário. O controle da Administração Pública é, portanto, a verificação da conformidade da atuação desta com os princípios e regras que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico. No tocante a tal controle é correto afirmar:**

- (A)** A prerrogativa da autotutela confere à Administração Pública o poder de rever seus próprios atos e contempla não só a anulação dos atos eivados de vícios que os tornem ilegais, mas também a revogação dos atos por motivo de conveniência ou oportunidade, sendo que, em ambos os casos, dos atos anulados ou revogados não se originam direitos.
- (B)** Quanto à natureza do controle, o chamado controle de legalidade destina-se não só à averiguação da conformidade da conduta administrativa com as normas jurídicas, mas também à fiscalização da observância dos princípios administrativos, tais como os princípios da moralidade e da impessoalidade.
- (C)** O controle de mérito se consuma na verificação da conveniência e na oportunidade da conduta administrativa, sendo preponderantemente exercido pela Administração Pública, por meio da anulação dos atos praticados em desacordo com o ordenamento jurídico.
- (D)** O controle judicial é amplo e alcança os atos administrativos praticados pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo ou pelo próprio Poder Judiciário, não incide, entretanto, sobre os atos administrativos discricionários, cujo controle de legalidade cabe à própria Administração Pública.

**12. Sobre a responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a única alternativa incorreta:**

- (A)** A responsabilidade patrimonial pode decorrer de atos jurídicos, atos ilícitos, de comportamentos materiais ou de omissão do Poder Público, mas está sempre condicionada à existência de um dano causado a terceiro por comportamento omissivo ou comissivo do agente público.
- (B)** Diferentemente do que ocorre no âmbito do direito privado, no qual a responsabilidade civil está estreitamente vinculada à existência de ato ilícito (art. 186 do Código Civil), no direito administrativo a responsabilidade pode se originar de atos ou comportamentos que, não obstante lícitos, causem danos a terceiros (art. 37, § 6º da Constituição Federal).
- (C)** Na esfera constitucional, o dever de indenizar o dano causado pelo Estado está condicionado à configuração dos seguintes elementos: que o agente causador seja pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos; que exista o nexo de causalidade entre o dano causado a terceiros e ato ilícito derivado de dolo ou culpa do agente público.
- (D)** Perpetrado o dano ao patrimônio material ou moral do terceiro, a correspondente reparação pode ser reivindicada tanto no âmbito administrativo, como no judicial, prescrevendo em cinco anos o direito da ação indenizatória em face das pessoas jurídicas de direito público.

**13. Assinale a alternativa correta, após a análise dos enunciados a seguir:**

I- Pode ser declarada a morte presumida, sem declaração de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.

II- Decai em três anos o direito de anular a constituição de pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

III- A telha da cobertura de uma casa retirada temporariamente para posterior recolocação é considerada bem móvel.

IV- O direito à sucessão aberta é considerado bem imóvel para efeitos legais.

(A) Apenas a II e IV estão corretas.

(B) Apenas a I e III estão corretas.

(C) Apenas a III e IV estão corretas.

(D) Apenas uma alternativa está correta.

**14. Levando em conta o direito das obrigações, marque a alternativa correta em relação ao valor da cominação imposta na cláusula penal:**

(A) Pode ser fixado em limite de até 50% do valor da obrigação principal.

(B) Não pode ultrapassar 100% do valor da obrigação principal.

(C) Pode ser fixado em valor até o dobro do contido na obrigação principal.

(D) Pode ser fixado em até 10% da obrigação principal.

**15. Assinale a alternativa correta, após a análise dos enunciados a seguir:**

I- A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro imobiliário não constitui bem de família para fins de penhora.

II- O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora de outro modo.

III- É anulável o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

IV- Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

(A) Apenas I e IV estão corretas.

(B) Apenas a II e III estão corretas.

(C) Apenas a III e IV estão corretas.

(D) Apenas uma alternativa está incorreta.

**16. Assinale a alternativa correta:**

- (A) Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (B) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível.
- (C) Prescreve em um ano a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.
- (D) Prescreve em dois anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

**17. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta:**

I- A fiança dar-se-á por escrito e admite interpretação extensiva.

II- As obrigações nulas não são suscetíveis de fiança, mesmo se a nulidade resultar apenas da incapacidade pessoal do devedor.

III- A compra e venda de automóvel não prevalece contra terceiros, de boa-fé, se o contrato não foi transcrito no Registro de Títulos e Documentos.

IV- O credor anticrético tem direito à reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos quinze anos da data de sua constituição.

- (A) Apenas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas a II e III estão corretas.
- (C) Apenas uma alternativa está incorreta.
- (D) Apenas a III e IV estão corretas.

**18. Analise as seguintes proposições e, em seguida, assinale a alternativa correta:**

I- É incabível, em embargos de divergência, discutir o valor de indenização por danos morais.

II- O recurso adesivo será admissível nos casos de recurso extraordinário, recurso especial, apelação e agravo interposto contra decisão que não admite recurso especial ou extraordinário.

III- Contra a decisão que atribuir efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto em face de interlocutórias de 1º grau, é cabível agravo regimental.

IV- A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.

- (A) Apenas uma alternativa está correta.
- (B) Estão corretas as alternativas II e III.
- (C) Estão corretas as alternativas I e IV.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

**19. Leia as assertivas e assinale o item correto:**

I- O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de 10 (dez) dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo, apresentar embargos.

II- Cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo da venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.

III- A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.

IV- Não é admitido o preparo do recurso no primeiro dia útil subsequente mesmo quando a interposição do recurso ocorrer após o encerramento do expediente bancário.

(A) Apenas a I e II estão corretas.

(B) Apenas a III e IV estão corretas.

(C) Apenas uma está correta.

(D) Apenas uma está incorreta.

**20. Analise as proposições e, em seguida, assinale a alternativa correta:**

I- No julgamento do incidente de inconstitucionalidade, se a alegação for rejeitada, prosseguirá o julgamento; se for acolhida, será lavrado acórdão, a fim de ser submetida a questão ao tribunal pleno.

II- São absolutamente impenhoráveis os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor.

III- É definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos sem efeito suspensivo.

IV- O reconhecimento da fraude à execução independe do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

(A) Apenas a I e II estão corretas.

(B) Apenas a III e IV estão corretas.

(C) Apenas uma está correta.

(D) Apenas uma está incorreta.

RASCUNHO

**21. Assinale a alternativa incorreta:**

- (A) O fiador, que pagar a dívida, poderá executar o afiançado nos autos do mesmo processo.
- (B) São admitidos, no processo perante os juizados especiais estaduais, o litisconsórcio e a assistência, sendo vedadas as formas de intervenção de terceiro.
- (C) Na ação popular, das sentenças e decisões proferidas contra o autor e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público.
- (D) A adjudicação pode ser requerida pelo exequente, pelo credor com garantia real, pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, pelo cônjuge, pelos descendentes ou ascendentes do executado.

**22. Analise as alternativas e assinale a assertiva correta:**

I- É título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo.

II- Arguida a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir, por despacho irrecorrível, a manifestação de outros órgãos ou entidades.

III- O indeferimento da medida cautelar não obsta a que a parte intente a ação principal, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de decadência de ou prescrição do direito do autor.

IV- É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.

- (A) Todas as alternativas estão corretas.
- (B) Apenas uma alternativa está correta.
- (C) Duas alternativas estão corretas.
- (D) Todas as alternativas estão incorretas.

**23. Assinale a alternativa correta nos termos da lei processual civil:**

- (A) No procedimento sumário, é lícito ao réu, na contestação, formular pedido a seu favor, mesmo que fundado em fatos distintos dos suscitados pelo autor.
- (B) Nas decisões por maioria, em reexame necessário, se admitem embargos infringentes.
- (C) O perito designado apresentará o laudo em cartório, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20(vinte) dias, antes da audiência de instrução e julgamento.
- (D) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 60 (sessenta) dias, quando notificado extrajudicialmente.

**24. Leia as assertivas a seguir e após marque a alternativa correta:**

I – O bancário sujeito à jornada normal de trabalho prevista na CLT possui direito a um intervalo intrajornada de 15 (quinze) minutos.

II - A bancária gestante possui direito à estabilidade prevista no artigo 10º, alínea *b*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo nas hipóteses de contrato a título de experiência.

III - O bancário que exerce cargo de confiança de seu empregador está excepcionado da jornada de trabalho diária de seis horas, desde que a gratificação pelo exercício do cargo de confiança não seja inferior a 1/3 do salário do cargo efetivo.

IV – As horas extras habitualmente prestadas pelo bancário devem repercutir no cálculo do salário dos dias de sábado e do domingo.

- (A) Apenas a afirmativa III está correta.
- (B) Apenas a afirmativa IV está incorreta.
- (C) Todas as afirmativas estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**25. Marque a alternativa correta:**

(A) O enquadramento sindical do empregado é feito de acordo com a atividade econômica preponderante do empregador.

(B) O enquadramento sindical do empregado é feito de acordo com a similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.

(C) Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que, por livre deliberação, decidem compor um grupo de trabalhadores que se diferenciam dos demais na estrutura empresarial, através de interesses comuns diversos.

(D) Nenhuma alternativa está correta.

RASCUNHO

**26. De acordo com o artigo 173, § 1º, inciso II da Constituição Federal, as sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações trabalhistas. A partir dessa disposição constitucional, é correto afirmar:**

- (A) A admissão dos empregados das sociedades de economia mista deve ser precedida de concurso público, porém a demissão pode ocorrer livremente, pois eles não detêm estabilidade ou garantia de emprego.
- (B) A admissão dos empregados das sociedades de economia mista deve ser precedida de concurso público, e a demissão deve ocorrer sempre de forma motivada, consoante entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) A admissão dos empregados das sociedades de economia mista deve ser precedida de concurso público, porém a demissão só pode ocorrer mediante o cometimento de falta grave pelo empregado, devidamente apurada em inquérito administrativo, consoante entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) Todas as afirmativas estão incorretas.

**27. Para o cálculo das horas extras do trabalhador bancário, considera-se o divisor:**

- (A) 220.
- (B) 200.
- (C) 180.
- (D) 140.

**28. O artigo 130 da CLT assegura a todo empregado que, após 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, ele terá direito a um período de férias. A remuneração desse período de descanso, de acordo com a lei e entendimento oriundo do TST deve ser:**

- (A) Paga até dez dias antes do início do respectivo gozo.
- (B) É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador não as tenha remunerado com antecedência de dois dias do respectivo gozo.
- (C) Só é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando o empregador não as tenha concedido nos doze meses subsequente à data em que o empregado tenha adquirido o direito.
- (D) Nenhuma das respostas acima está correta.

**RASCUNHO**

**29. No que tange à competência material da Justiça do Trabalho, é correto afirmar que:**

- (A) Nos termos do que dispõe o parágrafo único do art. 876 da CLT, a competência da Justiça do Trabalho engloba a execução ex-officio das contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, à exceção das contribuições incidentes sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.
- (B) A Emenda Constitucional nº 45/2004, ampliando a competência material da Justiça do Trabalho, trouxe para esse ramo do Judiciário a competência para processar e julgar as ações penais exclusivamente e diretamente decorrentes das relações de trabalho, tais como os crimes contra a organização do trabalho.
- (C) A competência da Justiça do Trabalho para julgar os danos materiais e morais provenientes das relações de trabalho, alcança as hipóteses de doença ocupacional, inclusive os benefícios previdenciários dela decorrentes.
- (D) Cabe à Justiça do Trabalho julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

**30. Tratando-se de nulidades no processo do trabalho, assinale a única alternativa correta:**

- (A) A teoria das nulidades no âmbito do Direito Processual do Trabalho está assentada, dentre outros, no princípio do prejuízo ou da preclusão, segundo o qual a declaração de nulidade está condicionada à existência do prejuízo, exceção feita às hipóteses para as quais a lei prevê determinada formalidade, a qual haverá de ser sempre observada, sob pena de afronta à garantia constitucional do devido processo legal.
- (B) À exceção das nulidades fundadas em incompetência do foro e violação direta à Constituição Federal, as quais devem ser declaradas ex officio, as demais dependem da iniciativa da parte.
- (C) Pelo princípio do interesse é ônus da parte demonstrar o efetivo prejuízo advindo do ato processual inquinado de nulo, não podendo ser invocada a nulidade, entretanto, por quem lhe tiver dado causa.
- (D) Em qualquer hipótese de declaração de nulidade, somente serão alcançados os atos posteriores ao seu pronunciamento, ante a prevalência do princípio da convalidação.

**31. Sobre o procedimento sumaríssimo, é incorreto afirmar:**

- (A) Não se aplica às demandas nas quais é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, ainda que o valor da causa não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da demanda.
- (B) Reputar-se-ão eficazes as intimações dirigidas aos endereços indicados nos autos quando as partes e advogados deixarem de comunicar ao Juízo as alterações de endereço.
- (C) Somente é cabível recurso de revista por violação literal de disposição de lei federal, e recurso de embargos, quando demonstrada divergência jurisprudencial entre Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, na conformidade da jurisprudência uniforme deste Tribunal.
- (D) As exceções e todos os incidentes que interfiram no prosseguimento da audiência e do processo serão decididos de plano, ficando para a sentença apenas as demais questões .

### **32. Leia as afirmativas abaixo sobre as teorias aplicadas aos recursos trabalhistas:**

I – Considerando os recursos disponíveis da legislação consolidada, é correto afirmar que impera no Processo do Trabalho o sistema ampliativo, eis que é assegurado aos litigantes amplo direito de impugnação das decisões judiciais.

II - No âmbito do Processo do Trabalho predomina o duplo grau de jurisdição que permite o reexame da decisão por outro órgão da Justiça do Trabalho, à exceção das ações cujo valor da causa for igual ou inferior a dois salários mínimos, nas quais somente serão admitidos os recursos que versarem sobre matéria constitucional.

III - Segundo o princípio da concentração, prevalece no Processo do Trabalho a irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, salvo quando passíveis de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal, na hipótese de acolhimento de exceção de incompetência com a remessa dos autos para TRT distinto, nas decisões de Tribunal Regional do Trabalho contrárias à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou ainda no pedido de revisão da decisão que rejeitar a impugnação ao valor fixado pelo Juiz para fixação da alçada..

IV - Pode-se afirmar que são pressupostos objetivos dos recursos no Processo do Trabalho: a recorribilidade do ato, a adequação, o interesse, a tempestividade, a representação e o preparo.

**(A)** Estão corretas as afirmativas II e III.

**(B)** Estão corretas as afirmativas II e IV.

**(C)** Estão corretas as afirmativas I, III e IV.

**(D)** Todas as afirmativas estão incorretas.

### **33. Leia e analise as afirmativas abaixo:**

I - No dissídio coletivo para a extensão de normas dissidiais fixadas apenas para a fração de empregados de uma empresa, pode o Tribunal estender a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na sua jurisdição, somente mediante requerimento de um ou mais sindicatos de empregados, ou de um ou mais empregadores, ou entidades sindicais.

II - No inquérito judicial para apuração de falta grave com prévia suspensão do empregado, se o pedido do requerente for julgado improcedente, não tendo sido reconhecida a falta grave, o Juízo condenará o requerente a pagar ao requerido os salários e demais vantagens do período do afastamento, os quais podem ser executados nos próprios autos, além de determinar a reintegração do empregado, sem necessidade de reconvenção, uma vez que o procedimento do inquérito tem natureza dúplice.

III – Nos termos da norma celetista, a exceção de suspeição contra o juiz somente pode ser oposta em razão dos seguintes motivos, relacionados à pessoa dos litigantes: inimizade pessoal, amizade íntima, parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau civil e interesse particular na causa.

IV – No processo trabalhista cada parte poderá indicar até três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, quando esse número pode ser elevado a 6, majoração igualmente admitida se houver reconvenção.

Marque a alternativa correta:

**(A)** Estão corretas as afirmativas II e IV;

**(B)** Estão corretas as afirmativas I, III e IV;

**(C)** Estão corretas as afirmativas II e III;

**(D)** Apenas a afirmativa I está incorreta;

**34. Nas ações coletivas, se considerada a disciplina prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990), é correto afirmar que a sentença fará coisa julgada:**

- (A) *Erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, nas hipóteses de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- (B) *Erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, nas hipóteses de interesses difusos e coletivos; e *ultra partes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese de interesses individuais homogêneos.
- (C) *Erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, nas hipóteses de interesses difusos e individuais homogêneos; e *ultra partes*, salvo no caso de improcedência por insuficiência de provas, nas hipóteses de interesses coletivos.
- (D) *Erga omnes* e *ultra partes*, respectivamente, nos casos de interesses difusos e coletivos, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas; e *erga omnes*, apenas na hipótese de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, quando se tratar de interesses individuais homogêneos.

**35. Sobre os princípios constitucionais tributários, mais especialmente sobre o princípio constitucional tributário da não afetação, assinale a alternativa correta:**

- (A) A destinação do produto da arrecadação dos impostos pode ser livremente estipulada na lei que os criou, exceto quando se tratar de imposto estadual porque este ente federativo é quem deve decidir sobre essa destinação, sob pena de quebra do pacto federativo.
- (B) É possível afirmar que a regra geral é a vedação à vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa e que as exceções são expressamente consignadas na Constituição Federal de 1988.
- (C) É possível afirmar que a regra geral é a vedação à vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa e que as exceções são expressamente consignadas na Constituição Federal de 1988 e também em Lei Complementar.
- (D) Os impostos devem estar obrigatoriamente vinculados a órgão, fundo ou despesa, sob pena de gerar a improbidade administrativa do servidor da repartição pública que receber a referida receita.

RASCUNHO

**36. Assinale a alternativa correta:**

- (A) O princípio da irretroatividade tributária após as modificações da Emenda Constitucional 42, de 19.12.2003 é sinônimo do princípio da anterioridade tributária.
- (B) O empréstimo compulsório, dada a sua própria natureza, não deve obediência ao princípio da irretroatividade tributária, tampouco ao princípio da capacidade contributiva, uma vez que é confisco permitido constitucionalmente de forma temporária.
- (C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e, também, antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, sendo que o princípio da anterioridade tributária não comporta nenhuma exceção.
- (D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e, também, antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, sendo que o princípio da anterioridade tributária comporta exceções.

**37. Em matéria de taxa e preço público é correto afirmar:**

- (A) Compete à União, em Território Federal, os impostos federais, nunca os impostos estaduais nem mesmo os impostos municipais, situação esta somente permitida no Distrito Federal.
- (B) O preço público, por se assemelhar a taxa em muitos aspectos, tem reconhecida a sua natureza jurídica de receita tributária e, portanto, se submete às limitações constitucionais ao poder de tributar.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos individualmente e de forma inequívoca a sua disposição.

RASCUNHO

**38. Assinale a alternativa em que todos os itens caracterizam hipótese de extinção do crédito tributário:**

- (A) pagamento; compensação; transação; novação, anistia, remissão; prescrição e decadência; a conversão do depósito em renda; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento; a consignação em pagamento, nos termos do Art. 164§ 2º do CTN; a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- (B) pagamento; compensação; transação; remissão; prescrição e decadência; a conversão do depósito em renda; a isenção; a anistia; a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- (C) pagamento; compensação; transação; remissão; prescrição e decadência; a conversão de depósito em renda; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; a consignação em pagamento, nos termos do Art. 164§ 2º do CTN; a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- (D) pagamento; compensação; transação; novação, anistia, remissão; perempção e decadência; a conversão do depósito em renda; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento; a consignação em pagamento, nos termos do Art. 164§ 2º do CTN; a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

**39. Em matéria de competência tributária, assinale a alternativa correta:**

- (A) A invasão de competência pode ocorrer quando há bitributação, ou seja, “bis in idem”. Um exemplo claro de vedação de “bis in idem” é a norma do Art. 145 §2º da Constituição Federal de 1988, a qual determina que “as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos”.
- (B) Segundo o Código Tributário Nacional, a competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra. A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir. E, a lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.
- (C) Segundo o Código Tributário Nacional a competência tributária é indelegável, quer do ponto de vista da competência para instituir tributos, quer em relação às funções fiscais (regulamentar, fiscalizar, lançar), porque é vedado pelo nosso ordenamento jurídico pátrio a transferência ou compartilhamento de titularidade ativa (posição do credor na relação jurídica tributária), bem como vedada a transferência ou compartilhamento das atribuições administrativas (atribuições de fiscalizar e lançar).
- (D) Competência residual consiste na atribuição conferida pela Constituição, aos entes federativos, da faculdade de instituir outros tributos, além daqueles que lhe são expressamente previstos a seu favor no texto constitucional. Tal regime dispensa a edição de lei complementar, desde que seja observada a vedação ao “bis in idem” e a bitributação.

**40. Sobre a Administração Tributária é correto afirmar:**

- (A) A legislação tributária, observado o disposto no Código Tributário Nacional, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação. Tal proceder aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- (B) A legislação tributária, observado o disposto no Código Tributário Nacional, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação. Tal proceder aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, exceto às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- (C) Segundo o expressamente disposto no Código Tributário Nacional, é vedada a divulgação de informações relativas a: representações fiscais para fins penais, inscrições na dívida ativa da fazenda pública, parcelamento ou moratória.
- (D) Segundo o expressamente disposto no Código Tributário Nacional, é vedada a divulgação de informações relativas apenas às representações fiscais para fins penais.

**41. Considera-se nome empresarial a firma ou denominação adotada para o exercício da empresa. Na hipotética denominação “Companhia Nacional de Serviços Bancários”, identifica empresa cuja natureza jurídica é de:**

- (A) autarquia federal.
- (B) sociedade anônima.
- (C) empresa pública.
- (D) as três respostas acima estão corretas, pois todas as formas indicadas admitem a denominação expressa no enunciado.

RASCUNHO

**42. As sociedades anônimas de economia mista são reguladas pela Lei nº 6.404, de 15-12-1976. Para sua regular constituição e funcionamento, elas devem observar o preenchimento dos seguintes requisitos, dentre outros:**

- (A) Dependem de autorização legislativa para sua constituição; podem explorar atividades comerciais lícitas, desde que previstas na lei que autorizou sua constituição; e, devem possuir necessariamente Conselho de Administração.
- (B) Possuem como acionista majoritário pessoa jurídica de direito público que tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador e previstas em lei; é administrada, de acordo com seus estatutos sociais, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, sendo este último órgão de existência facultativa; e, em caso de existência de Conselho de Administração, compete a este deliberar sobre a atuação da sociedade, observados os limites impostos pela lei que a criou.
- (C) Dependem de autorização legislativa para sua constituição; não podem explorar atividades comerciais, pois não possuem fins lucrativos; regem-se pelas normas de direito privado no que diz respeito aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.
- (D) Dependem de autorização legislativa para sua constituição; podem explorar atividades comerciais lícitas, desde que previstas na lei que autorizou sua constituição; e, não podem ter suas ações comercializadas em bolsa de valores, pois a maioria de seu capital pertence a pessoa jurídica de direito público.

**43. No Brasil existem muitos títulos de crédito que, segundo a doutrina, “é o documento necessário para o exercício do direito literal e autônomo nele mencionado”. A partir do conceito acima, é correto afirmar:**

- (A) A Cédula e a Nota de Crédito Industrial não podem ser consideradas como títulos de crédito.
- (B) O financiamento concedido por instituições financeiras a pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade industrial poderá efetuar-se por meio da cédula de crédito industrial, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.
- (C) A aplicação do financiamento concedido através de cédula de crédito industrial ajustar-se-á em orçamento, assinado em duas vias pelo emitente e pelo credor, fazendo-se menção na cédula a esse orçamento que, por isso não pode se transferida por endosso.
- (D) Somente a Cédula de Crédito Industrial garantida por hipoteca deve ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

**44. Com relação ao instituto do cheque, assinale a afirmativa correta:**

- (A) O emitente do cheque deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e a existência de fundos disponíveis é verificada na data da emissão do cheque.
- (B) O portador pode recusar o pagamento parcial do cheque.
- (C) O cheque pode consubstanciar ordem de pagamento à vista ou a prazo.
- (D) Feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência. Indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da menor quantia.

**45. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (artigo 47, da Lei 11.101 de 09.02.2005). A respeito do processo de recuperação judicial, assinale a afirmativa correta.**

- (A) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
- (B) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.
- (C) O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convolação em falência.
- (D) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 6 (seis) meses para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

**46. A nota promissória é um título de crédito autônomo e abstrato, pois essas características asseguram sua circulação e independência da causa que a originou. A partir dessas características da nota promissória, marque a alternativa correta:**

- (A) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.
- (B) A nota promissória não perde a característica de título autônomo mesmo que vinculada a um contrato de abertura de crédito.
- (C) A nota promissória não se vincula a nenhum outro tipo de contrato, exatamente pela sua natureza de título autônomo.
- (D) Nenhuma das respostas acima está correta.

**RASCUNHO**

**47. Leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:**

I- O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos contratos de plano de saúde.

II- Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

III- Não sendo solucionado o vício do produto no prazo máximo de sessenta dias, pode o consumidor exigir a sua substituição por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

IV-A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso.

(A) Estão corretas as assertivas I e III.

(B) Estão corretas as assertivas II e IV.

(C) Todas estão corretas.

(D) Todas estão incorretas.

**48. Marque a alternativa correta, após a análise das assertivas:**

I- Nos contratos bancários, é lícito ao julgador conhecer, de ofício, a abusividade das cláusulas.

II- O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis.

III- As sociedades integrantes de grupos societários e as sociedades controladas, são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

IV- As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

(A) Estão corretas as assertivas I e III.

(B) Estão corretas as assertivas II e III.

(C) Estão corretas as assertivas II e IV.

(D) Todas estão incorretas.

RASCUNHO

**49. Marque a alternativa correta:**

- (A) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- (B) É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário que seja discriminatória ou que incite à violência, explore o medo ou a superstição.
- (C) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, independentemente de má administração.
- (D) São interesses coletivos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais de natureza divisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária

**50. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor:**

- (A) Cessada a fabricação ou importação do produto, fica encerrada a oferta.
- (B) Caso ocorra a venda por meio telefônico, é dispensável o nome do fabricante na embalagem ou publicidade.
- (C) O fornecedor de produtos ou serviços é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- (D) Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço.

RASCUNHO